

COMUNICAÇÃO PARA O GRUPO DE TRABALHO SOBRE POLÍTICA DE PESQUISA LINGÜÍSTICA AS MISSÕES DE FÉ E AS LÍNGUAS INDÍGENAS.

Marina Kahn - C.T.I. (*)

Não achamos que seja oportuno, neste momento, argumentar-se ou entrar-se no mērito da questão da atuação religiosa dos grupos de fé protestante junto aos Índios no Brasil. Esta discussão já vem se esgotando na sua própria impotência em conter o avanço de algumas frentes da fé fundamentalista que tem na atuação junto aos Índios o objetivo maior de sua existência. Diante deste quadro de quase derrota - não irreversível, é bom deixar claro - acredito que podemos neste momento, tentar montar uma argumentação sobre os trabalhos desses missionários a partir de suas atividades educacionais dentro das escolas nas aldeias indígenas.

No início de 1986 tive oportunidade de entrar em contato com alguns professores do Instituto Lingüístico de Verão, o SIL, através do Curso de Lingüística e Missiologia ^(CLM) promovido pela Associação Lingüística Evangélica Missionária-ALEM, nas dependências daquele Instituto. (A ALEM é uma versão brasileira do Summer - "por muitos meios, Deus está mostrando que a tarefa de concluir a tradução da Bíblia para os Índios do Brasil, é dos evangélicos brasileiros!")

A partir deste curso nos foi possível perceber de que forma estas Missões conseguiram legitimar sua presença dentro das comunidades indígenas a partir do quadro teórico esboçado por eles, para justificar seu trabalho lingüístico e sua decorrente atuação nas escolas. Acrescentado a isso, o pacto da FUNAI com as Missões veio para preencher uma lacuna no trabalho em educação que ela nunca teve condições, nem fez muito esforço, para executar. Portanto hoje, para a FUNAI, a presença de linguistas/missionários nas escolas indígenas é uma garantia de se implantar na prática uma política educacional que seria atribuição sua. Isto, como já foi apresentado pela prof. Yonne Leite, veio reforçar ainda mais o descompromisso acadêmico e científico

* Centro de Trabalho Indigenista

que havia marcado o início da carreira de cientistas da língua da equipe do SIL no Brasil. No bojo desta mesma trajetória foi também se firmando o trabalho das Missões Novas Tribos do Brasil, da Missão Evangélica da Amazônia (MEVA) e da Missão Cristã Evangélica Brasileira (MICEB).

Assim, hoje, fica marcada a presença desses missionários nas áreas indígenas, devido sua "insubstituível" atuação nos trabalhos e educação, e, por extensão, de saúde.

Neste Curso de Linguística e Missiologia portanto, mais do que a linguística que, é claro, demandaria um prazo bem maior para ser ensinada no sentido de permitir que o aluno se tornasse potencialmente um tradutor da Bíblia, tem-se na matéria "Educação" o ponto de partida para se definir a competência do futuro candidato a atuar junto a um grupo indígena; afinal, só passa para o 2º estágio do Curso, onde vai ser dada a Fonologia como aprofundamento para o trabalho do levantamento de uma língua desconhecida, aquele que tiver a média mínima exigida na 1ª. etapa, ou seja, 8.

Abaixo desta média, porém, o aluno está apto para tornar-se um agente educacional dentro de uma aldeia. Como se vê, é uma média razoavelmente difícil de ser alcançada tendo-se em vista que o cronograma e disciplina do Curso são bastante rígidos e definitivos. Só passa quem estuda muito, pergunta pouco e reproduz, ao pé de letra, os conceitos passados em cada matéria. Alega-se que na medida que o Curso se propõe a formar futuros profissionais do levantamento e registro de línguas indígenas, de preferência em grupo que nunca tiveram sua língua estudada, espera-se que esses tradutores tenham sua fé, auto-confiança e espírito de sacrifício aos percalços do trabalho como parâmetro para sua auto-avaliação. Ganha nota boa e "passa na prova" aquele que demonstrar despojamento em sala de aula, isto é, perguntar bem pouco. Afinal, "vocês, lá no campo, não vão ter para quem fazer perguntas".

A partir disso não se questionaria mais nada é claro, e as eventuais dúvidas, talvez insignificantes, pode

riam vir a tornar comprometedor o arcabouço teórico do Curso (*). Estas dúvidas não podiam ser adequadamente solucionadas - ainda mais que éramos leigos no assunto e ia ficando bastante marcada a diferença que se estabelecia entre os alunos-missionários e a turma dos 7 impertinentes não-missionários que frequentavam o Curso. Estes, de alguma forma já engajados com algum trabalho junto a comunidades indígenas (FUNAI, CIMI, ministério da Cultura) lá estavam com interesse explícito de instrumentalizarem-se com alguns elementos chave da lingüística para aprofundarem seu trabalho em educação com índios.

Os outros, os alunos missionários, recém-saídos de seminários ou cursos de Teologia também tinham um objetivo explícito, mas agora diferente; estavam sendo capacitados e esclarecidos sobre a necessidade de se chegar ao mundo do diferente, do outro, do desconhecido do indivíduo que, além das fronteiras "não teve culpa de ter nascido onde nasceu". Afinal, se Jesus Cristo apregoou que todos os povos deviam se abrir a luz do Evangelho os povos indígenas aí incluídos, "não eram inocentes" e, portanto, deviam ter a chance de conhecer as Sagradas Escrituras. Consta num folheto informativo para divulgação da ALEM: "Se Deus está interessado em mim, por que ele não fala minha língua?".

Discorri sobre este assunto porque na verdade, estes detalhes aparentemente sem grandes novidades marcam uma nova personalidade que vem assumindo estes Cursos de Lingüística, que, se antes estavam nas mãos do SIL que abria um espaço do Curso para o mundo universitário, agora, é promovido pela ALEM. É inegável que isto seja uma resposta clara e direta às críticas por que o Instituto de Verão vinha passando quando se denunciava interesses estrangeiros em solo brasileiro. Pior

(*) Sente-se, nesses momentos, que o objetivo da lingüística tagmêmica é tão pragmático que não importa os meios para se chegar ao fim que se propõe - traduzir a Bíblia. A língua é amoldada num padrão de análise e não a análise lingüística é feita de acordo com a língua se apresenta ao pesquisador.

para nós. A proporção de alunos ou mesmo de pesquisadores saídos de universidades que antes tinham um espaço garantido nestes Cursos diminuiu, dando lugar aos jovens voluntários recém-saídos de seminários de qualquer igreja protestante, desde que fundamentalista, para formarem um novo e dinâmico regimento de tradutores da Bíblia.

Será então no trabalho em educação que vai se firmar a atuação destes missionários que, se fracassassem no teste de despojamento dentro de sala de aula, dificilmente conseguiriam chegar na 2a. etapa do Curso. Só aí será dada a Fono~~logia~~logia, que, também em apenas 2 meses, deve ter critérios bastante particulares para avaliar o desempenho dos alunos.

Chegamos então na questão da educação. Toda ela é voltada para a valorização da língua do grupo indígena e montada em cima da implantação da alfabetização na língua materna. Assim, não abrem mão em definir a educação como "processo", o próprio Paulo Freire é citado como referência e insinuado como inspirador no Prefácio do livro-texto distribuído no Curso. Não se admite, no decorrer do Curso, palavras como "ensinar", "transmitir conhecimentos", "ditar idéias", "atrasado e primitivo X civilizado" e assim por diante. O mecanismo de se discernir ou ponderar sobre o uso ou não de tais termos era a sempre presente advertência: "Se cair na prova e vocês colocarem, tiramos pontos".

O multilingüismo dentro do nosso país é apontado e realçado, e, a partir de experiências vividas na implantação de projetos de alfabetização na língua materna em outros países, aponta-se para os aspectos políticos, sociológicos, psicológicos e pedagógicos implícitos neste procedimentos.

A insistência em se caracterizar a educação indígena como informal e a educação do branco como formal já demonstra algum preconceito no que se refere a padrões de comportamento diversos daquele a que estamos habituados. Seria informal a reclusão de um adolescente, ou o acompanhamento e re

produção de procedimentos durante uma caçada ou a coleta na roça?

Intercalado a um discurso aparentemente aberto e avançado sobre educação de um modo geral e a educação indígena em particular destaca algumas observações contidas nas apostilas distribuídas. (*)

..."se a escola rejeita a língua materna de um grupo inteiro de crianças pode-se esperar que o conceito que as mesmas terão de seus pais, seus lares e até mesmo de si próprias poderá ser séria e negativamente afetado"...

(L.G. Fortune)

"a língua é, quando muito, um instrumento rude e impreciso para refletir e expressar as infinitas e sutis ramificações dos nossos pensamentos...Mas, em nosso crescente entendimento da imprecisão semântica da língua está nossa convicção para compreender: as nações devem aprender a compreender seus povos; e o homem deve aprender seu próximo. E através da língua, e talvez apenas através dela que essa compreensão pode ser alcançada"...

(Philip Smith; 1972).

...deve-se considerar "incerto, porém sempre crescente, o reconhecimento de que ou a civilização norte americana une as suas forças as de outras civilizações - inclusive a de povos menos privilegiados - ou nenhuma civilização poderá sobreviver por muito tempo" (Brameld; 1961).

* Essas citações foram extraídas de apostilas avulsas distribuídas no Curso, especificamente na matéria Educação II, que foi ministrada aos alunos não missionários que não tinham acesso às aulas de Missiologia, dadas no mesmo horário. Não consta bibliografia porque o material ainda está sendo preparado para posterior compilação em forma de livro. As citações dos autores são transcritas exatamente como se apresentam no texto distribuído, sem qualquer referência bibliográfica mais detalhada.

Por trás deste discurso fica patente o elemento integracionista implícito no processo de aprendizado colocado para o Índio. Esse discurso, aliás, é extremamente ambíguo e me pergunto até que ponto a criticidade dos alunos que hoje freqüentam o CLM* oferece condições de eles analisarem e julgarem o conteúdo dessas palavras (e nem seria este o objetivo da ALEM). Aprender a escrever e ler na língua materna não é mais uma justificativa técnica mas principalmente política; é o meio mais eficaz e menos violento de se fazer a transição para a língua nacional. A própria política educacional indígena oficial que está formulada num documento da FUNAI sobre o assunto, pondera que ela visa "atender efetivamente às aspirações do Índio por melhores condições de vida e participação na comunhão nacional". (Educação Indígena - Subsídios para discussão; FUNAI/DAI-setembro de 1985).

Esta concepção, no entanto, não pode ser assumida integralmente porque o próprio Índio não consegue dimensionar o conteúdo de tais colocações, que vão acabar lhes aparecendo como impedimento para um acesso a educação "como todo mundo tem". Justificativas técnicas viriam então para esgotar qualquer argumento que sugerisse a relatividade do aprendizado da leitura e escrita numa língua que não fosse a materna. (alfabetiza-se uma única vez na vida e, "aprendendo-se mal" da primeira vez, por não se saber o português direito, nunca mais se corrigirá a falha; não falar bem o português, torna difícil, quase impossível, a alfabetização).

Considerado então que a forma como é encarado o ensino na língua materna é quase obsessiva. Porque o objetivo final deste procedimento é tornar literária uma língua ãgrafa, com o único propósito de integrar o Índio a um novo universo, regido, aliás, pela concepção de que este universo é do Reino de Deus. Será que tornar literária uma língua indígena, sob protexto de transformá-la num instrumento de auto-determinação, não é nada mais do que um mecanismo de se criar uma nova língua, adaptada ao padrão escrito? Por mais que os lingüistas-missionários

* Curso Lingüístico Missionário

apregoem o respeito à cosmo-visão do grupo, consideram peculiares e complexas as estruturas gramaticais da língua indígena e realcem os padrões de coerência nelas existentes, acredito que acabam por super-valorizar o fator lingüístico em detrimento da sócio-lingüística, da etno-lingüística, enfim, qualquer medida que não deixe para segundo plano a dinâmica histórica e cultural de um discurso oral, que respeite as diferentes ordens deste discurso, e suas diversas ocorrências. Me parece que a "lingüística do Summer" não se ocupa das formas e sentidos captados nas diferentes manifestações do discurso oral, mas se dedica em inserir sistemas e fórmulas para normatizar e padronizar esses discursos. O que antes era oral se tornará agora passível de ser escrito, dentro de regras que não são apenas fonéticas, mas absolutamente diversas daquilo que é expressão oral.

Acrescentado a isso, o propósito de se proceder à tradução da Bíblia pode nos fazer acreditar que a língua indígena é fossilizada naquele "novo modelo" de se conhecer o mundo, e, diante da autoridade que a escrita assume para o índio, essa língua construída e adaptada pode passar a ser uma nova língua, a língua nos novos tempos. Para isso serve, quando nos referimos a atuação dos missionários, o trabalho de alfabetização na língua materna, que vem legitimar aquele procedimento. Aquilo que se ensina nas cartilhas extrapolam a conversão dos sons em símbolos (grafia) e criam textos, que, "adaptados" ao universo simbólico do grupo em questão, vão, na verdade, criar uma nova língua, uma nova fórmula de vivenciarem e expressarem sua vida. Aos índios, isto pode ser facilmente aceito e assimilado, na medida que o discurso oral é manifesto de infinitas formas. Cria-se, portanto, com a "língua falada na escola", uma nova categoria, um novo padrão de comunicação. São que quem cria este novo padrão são os profissionais da linguagem de Deus, os agentes da civilização e "iluminação".

É na figura do professor-missionário da aldeia então, que se garantirá o repasse de uma ideologia da sociedade ocidental, cristã, em busca da salvação.